Produtos lácteos — insumos argentinos em Minas?*

RENATA AKEMI DE CARVALHO SATO, RICARDO PEREIRA REIS
E ANTÔNIO JOÃO DOS REIS

O Mercosul terá uma função didática e preparatória relativamente aos desafios maiores a serem enfrentados na acirrada concorrência internacional que, ao que tudo indica, será mais intensa nos próximos anos, em decorrência da própria formação dos demais blocos econômicos e dos acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC). Os impactos da integração econômica dos países do Mercosul serão completamente diversos segundo o produto agrícola e a região em questão. O complexo lácteo é uma cadeia produtiva sensível a essa integração comercial. Esta é uma análise da viabilidade de se importarem insumos argentinos para a produção de lácteos em Minas.

A década de 90 definiu uma tendência da economia mundial a segmentar-se em blocos regionais, em substituição às tradicionais negociações multilaterais entre os países. Após a Guerra Fria, na década de 80, os EUA e a URSS deixaram de ser o eixo da economia e da política mundiais, o que alterou o padrão das alianças até então existentes. A ausência de confronto entre Leste e Oeste abriu maior espaço para a autonomia, favorecendo o fortalecimento das alianças regionais. Esse processo de redefinição de papéis na ordem internacional também se acelerou quando se reduziram a capacidade e a disponibilidade das potências econômicas mundiais (EUA, Japão e Alemanha) para desempenharem um papel global no sistema econômico internacional.

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) é um marco significativo da globalização econômica na América do Sul. Inicialmente regulamentado pelo Tratado de Assunção, que previu a união aduaneira entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, a partir de 1995 possibilitou a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países-membros, eliminando os direitos alfandegários e as restrições não-tarifárias. Estão previstos ainda o estabelecimento de uma tarifa externa comum (TEC) e a adoção de uma política comercial unificada em relação a outros blocos.

O Mercosul terá uma função didática e preparatória em relação aos desafios maiores a serem enfrentados na acirrada concorrência internacional que, ao que tudo indica, será mais intensa nos próximos anos, em decorrência da própria formação dos demais blocos econômicos e dos acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Os impactos da integração econômica entre os países do Mercosul serão completamente diversos, segundo o produto agrícola e a região em questão. O complexo lácteo é uma cadeia produtiva sensível a essa integração comercial. A produção leiteira da Argentina e do Uruguai contrasta com a baixa produção do Brasil. Para cada litro de leite produzido em Minas Gerais, produzem-se, em média, 2,1 litros na Argentina. Já a industrialização do queijo na Argentina leva vantagem comparativa em relação à nacional somente porteira adentro; porteira afora, o Brasil ganha em competitividade, devido principalmente à sua eficiência industrial.

Fatores de produção do Mercosul, importados da Argentina, podem chegar aos pecuaristas mineiros a preços inferiores aos adquiridos internamente.

Segundo levantamento realizado pelo Ministério da Agricultura, os fatores de produção agrícola no Brasil são até duas vezes mais caros que os vendidos na Argentina e no Uruguai. Os preços dos fatores podem elevar o custo interno de produção e reduzir a competitividade dos produtos nacionais, expondo o próprio mercado à concorrência dos produtos importados. Existem perspectivas de que fatores de produção oriundos do Mercosul, especificamente os importados da Argentina, possam chegar aos pecuaristas mineiros a preços inferiores aos adquiridos internamente. Mas é preciso saber se realmente a importação dos recursos produtivos argentinos seria ou não uma alternativa adequada para o pecuarista mineiro diminuir seus custos e melhorar sua competitividade no mercado.

Insumos e equipamentos da Argentina e de Minas Gerais — comparando os preços

Considerando o imposto de importação zerado para os insumos e a não-incidência de nenhum outro tipo de tarifa sobre a operação de importação dos bens de

*Este artigo tem como fundamento teórico a dissertação de mestrado defendida pela primeira autora, no curso de mestrado em administração rural da Universidade Federal de Lavras.

produção, podemos analisar os preços médios dos insumos argentinos em relação aos nacionais. Os dados foram atualizados através de fatores de correção cambial, com o objetivo de equiparar o valor das moedas brasileira e argentina, reduzindo o impacto de suas variações cambiais em relação ao dólar e em relação à inflação nos dois países, tendo por base a inflação norte-americana. Focalizou-se o período de abril de 1991 a dezembro de 1994, resultando em fator de correção 1,03058 para o Brasil e 0,70078 para a Argentina.

Os preços dos insumos argentinos variaram de 41,89 a 58,24% mais baratos que os similares nacionais, em níveis correntes (1991). Já em níveis corrigidos (1994), os preços variam, no mesmo sentido, de 60,18 a 71,60%. O sal mineral constituiu uma exceção. Em níveis correntes, esse insumo argentino foi cotado a um preço 5,80% mais elevado que o nacional e, em níveis corrigidos, o preço do recurso argentino foi inferior em 28,04% em relação ao nacional.

A correção cambial entre 1991 e 1994 contribuiu para que os produtos argentinos diminuíssem bem seus índices de preços e os insumos nacionais aumentassem de modo pouco expressivo. Por isso, a diferença percentual dos preços entre os dois países foi maior em níveis corrigidos.

Os preços finais dos insumos e equipamentos argentinos, acrescidos ao custo de transporte de Buenos Aires até o mercado de Belo Horizonte (MG), foram avaliados considerando-se o transporte rodoviário e o hidrorrodoviário.

Em níveis correntes e corrigidos, a ração e o fertilizante importados apresentaram variações percentuais positivas, o que indica a inviabilidade da importação desses itens pelo transporte rodoviário. Outros fatores de produção, como ordenhadeiras, tratores, medicamentos e sal mineral, apresentaram índices que revelam um nível de preço inferior aos insumos importados da Argentina, oscilando entre 4,88 e 71,51% em relação aos similares nacionais.

A proporção do custo de transporte rodoviário no preço final da ração e do fertilizante importados da Argentina para o mercado de Minas Gerais equivale a 73,43 e 56,39%, respectivamente — um índice inviável, considerando que Belo Horizonte fica no Centro-Sul do Brasil, a uma distância relativamente pequena.

Acrescidos os custos de transporte hidroviário-rodoviário aos preços dos recursos produtivos na Argentina (Buenos Aires), obteve-se o preço dos insumos importados no mercado de Belo Horizonte. Somente o sal mineral importado em nível corrente foi mais caro que o produto no mercado interno. Para os demais recursos produtivos importados, tanto em níveis correntes como corrigidos, seus preços foram menores que os similares no mercado nacional.

Ao contrário do transporte rodoviário, o transporte hidroviário-rodoviário aumenta a viabilidade de importação dos recursos argentinos, devido a seu baixo custo. O custo de transporte é um fator estratégico na concorrência comercial entre países.

Efeitos da importação de fatores produtivos argentinos

A simulação dos custos de produção do leite foi realizada através da comparação de preços dos insumos argentinos dentro do mercado brasileiro com os insumos nacionais, expressa em índices percentuais que serviram como taxas de ajustamento da planilha de custo de produção do leite em Minas Gerais. A partir desses ajustamentos, chegou-se ao resultado da variação de custos de produção do leite com a importação dos insumos em três diferentes situações: a) sem considerar o custo de transporte; b) considerando o custo de transporte rodoviário; c) considerando o custo de transporte hidrorrodoviário.

A tabela abaixo revela que o custo de produção do leite em Minas Gerais, com a utilização de recursos produtivos argentinos e sem considerar o custo de transporte, seria reduzido em 18,42% (preço corrente) e 23,40% (preço corrigido). Com a utilização de insumos e equipamentos importados por via rodoviária, esse custo aumentaria 7,23% em níveis corrigidos e 12,28% em níveis correntes. Já o custo de produção de leite com insumos e equipamentos importados por transporte hidrorrodoviário se reduziria em 10,64 e 5,26%, em níveis corrigidos e correntes, respectivamente.

Custos de produção do leite em Minas Gerais com insumos importados da Argentina
1991-94[1]

Especificação	Valores corrigidos (1994)		Valores correntes (1991)	
	Custo do leite (US$/litro)	Diferença percentual em relação ao custo padrão corrigido	Custo do leite (US$/litro)	Diferença percentual em relação ao custo padrão corrente
Custo de produção padrão de leite (MG)	0,235		0,228	
Custo de produção de leite em MG considerando os insumos aos preços argentinos	0,180	-23,40	0,186	-18,42
Custo de produção de leite em MG com insumos argentinos transportados por rodovia	0,252	+7,23	0,256	+12,28
Custo de produção de leite em MG com insumos argentinos transportados por hidrovia-rodovia	0,210	-10,64	0,216	-5,26

Fonte: Dados da pesquisa.

[1] O sinal negativo (-) significa que o custo de produção de leite com insumos importados é inferior ao custo de produção padrão de leite, e o sinal positivo (+) indica que o custo de produção de leite com recursos produtivos importados é superior ao custo de produção padrão de leite.

Custos de industrialização de queijo em Minas Gerais com leite produzido com insumos importados da Argentina

1991-94[1]

Especificação	Diferença percentual do custo com recursos produtivos importados em relação ao custo padrão corrigido	Diferença percentual do custo com recursos produtivos importados em relação ao custo padrão corrente
Sem considerar o custo de transporte de recursos produtivos	-10,85	-8,54
Considerando o custo de transporte rodoviário na importação dos recursos produtivos	+3,35	+6,92
Considerando o custo de transporte hidroviário-rodoviário	-4,93	-2,44

Fonte: Dados da pesquisa.

[1] Esses custos consistem na média dos custos de industrialização dos queijos minas, mussarela e prato. O sinal negativo (-) significa que o custo de industrialização do queijo, cuja produção de leite foi viabilizada pela importação de insumos, é inferior ao custo de produção padrão de queijo, e o sinal positivo (+) indica que o custo de industrialização do queijo, viabilizado pela importação de insumos na produção de leite, é superior ao custo de produção padrão.

Em síntese, se o mercado brasileiro ofertasse os insumos pelos mesmos preços encontrados na Argentina, o custo de produção de leite em Minas Gerais cairia em média 21%, podendo tornar a produção leiteira e todo o sistema agroindustrial lácteo mais competitivos. No caso da importação dos recursos produtivos por via rodoviária, elevar-se-ia o custo de produção do leite, devido principalmente ao elevado custo do transporte rodoviário. No entanto, a importação por transporte hidrorrodoviário reduziria o custo de produção de leite em Minas Gerais e tornaria o produto mais competitivo, sem reduzir as margens de rentabilidade do produtor.

Simulação do custo com leite produzido com insumos da Argentina

A partir do ajustamento das planilhas de custo de produção de leite, através da importação de insumos argentinos, repassaram-se essas variações dos custos da matéria-prima para o custo de industrialização do queijo.

Conforme a tabela acima, os custos correntes e corrigidos do queijo mineiro industrializado com o leite produzido com insumos e equipamentos argentinos, sem considerar o custo de transporte, apresentariam uma redução de 8,54 e 10,85%, respectivamente. Já o custo de industrialização do queijo de leite produzido com insumos e equipamentos argentinos, importados por via rodoviária, aumentaria 6,92% em níveis correntes e 3,35% em níveis corrigidos. A importação por via hidrorrodoviária de insumos e equipamentos para a produção do leite provocaria uma redução no custo do queijo de 2,44% em níveis correntes e de 4,93% em níveis corrigidos no estado de Minas Gerais.

Vantagens que se perdem

Apesar de os recursos de produção argentinos apresentarem preços inferiores em relação aos insumos nacionais, quando somados aos custos de transporte rodoviário perderiam competitividade no mercado de Minas Gerais, aumentando o custo de produção de leite internamente. Por outro lado, se fossem utilizados insumos e equipamentos importados da Argentina por via hidrorrodoviária, o custo de produção de leite seria reduzido, mas não de forma expressiva.

A importação de recursos produtivos como estratégia para os produtores rurais não é uma solução definitiva. A longo prazo, esta iniciativa consiste apenas em uma solução paliativa que beneficiaria somente determinada categoria e região.

A discussão real não está na viabilidade de importação de insumos argentinos, a qual dependerá dos custos com transportes que afetem a competitividade do leite e seus derivados em regiões mais distantes do país. A discussão está na racionalidade do nível tributário que recai sobre os fatores produtivos e sobre toda a cadeia de produção agrícola e agroindustrial do Brasil, que é, sem dúvida, superior ao dos demais parceiros do Mercosul.

A competitividade leiteira nacional vem sendo prejudicada pela tributação explícita e implícita representada pelos impostos que gravam a atividade e pelas tarifas alfandegárias que protegem a indústria produtora de insumos para a pecuária leiteira.

Os diversos impostos que incidem sobre toda a cadeia agroindustrial (insumos, produtos e subprodutos, capital e lucro) determinam distorções importantes na competitividade entre os países.

Esse nível tributário incoerente com qualquer realidade econômica prejudica o setor pecuário mineiro no âmbito interno e expõe de forma predatória sua produção agrícola a economias internacionais com políticas macroeconômicas e setoriais mais equilibradas e igualitárias.

A abertura comercial vai mostrar que o setor privado tem ineficiências, mas também mostrará as ineficiências das políticas públicas adotadas pelos dirigentes governamentais brasileiros que não estão desempenhando o papel de prover uma base sólida para o desenvolvimento da livre competitividade.

O sistema agroindustrial lácteo brasileiro somente poderá se desenvolver de forma harmoniosa no contexto da globalização da economia através do aumento da eficiência produtiva, de políticas macroeconômicas estáveis e igualitárias e de uma política específica de desenvolvimento agrícola.

Renata Akemi de Carvalho Sato, Ricardo Pereira Reis e Antônio João dos Reis são professores do Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras (Ufla).